

**Intervenção da Ministra da Cultura**  
**Audição na Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização**  
**Administrativa | OE 2019**

*Exma. Sra. Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa,*

*Exma. Sra. Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto,*

*Exmas. Senhoras e Senhores Deputados,*

No último orçamento desta legislatura, compete-nos prestar contas do trabalho que foi feito ao longo destes três anos.

Em quatro orçamentos, o orçamento para a Cultura cresceu 38%. A Cultura foi, sublinhe-se, a área que mais cresceu ao longo da legislatura. Só para 2019 conseguimos um reforço de 13%. Em sentido inverso, aliás, ao desinvestimento que pautou a política do anterior governo, que cortou 35% no orçamento para a Cultura, reduzindo-a, a uma secretaria de Estado.

Do Património às Artes, das políticas para o Livro e para as Bibliotecas, passando pela Comunicação Social, RTP e Lusa, voltámos a priorizar a cultura como área governativa. Resolvemos problemas que, por uma conjugação provável de falta de vontade política com ausência de financiamento adequado, se arrastavam há demasiado tempo, alguns há mais de uma década.

Temos uma visão clara para a política pública de cultura: integrada, sustentável, inovadora. Uma política que trabalha em rede, que promove parcerias entre quem produz, quem cria e depois entre quem divulga e quem apoia cultura. Porque só assim conseguimos o essencial: uma cultura que chega a todas as pessoas.

Para que a cultura seja para todos é necessário reforçar o investimento na criação e nos artistas, e na consolidação das estruturas públicas, com mais apoio às Artes, à criação artística e à valorização do património; é essencial concretizar mais e melhores medidas de democratização do acesso à cultura, assegurando a continuidade de projetos transversais e diminuindo a carga fiscal.

Esta é a visão para a cultura que está plasmada na proposta de orçamento de Estado para 2019.

O orçamento global da Direção Geral das Artes é o que mais cresce e atingirá, no próximo ano, 28,7 milhões de euros, mais 30% face a 2018. Só os apoios às Artes, nas suas múltiplas disciplinas, somam 23,8 milhões de euros, ultrapassando o patamar de 2009. Trata-se de um aumento de 74% face a 2015, altura em que chegámos a este Governo e encontramos a cultura longe do centro de decisão e esvaziada na sua importância.

Em Dezembro, tornaremos pública a decisão sobre as alterações a introduzir no Modelo de Apoio às Artes, tendo como base as propostas de melhoria do grupo de trabalho criado por este ministério, e representativo de cerca de 900 agentes culturais. O aperfeiçoamento do modelo e a simplificação dos formulários de candidatura - também alvo de um trabalho de análise - não colocará em causa os prazos de abertura dos concursos em 2019 e será feito sempre em diálogo com as estruturas artísticas.

Estamos atentos, sabemos ouvir e defendemos que o setor é parte da solução. Porque queremos trabalhar em proximidade com todos, no próximo ano lançaremos as bases de um Balcão de Apoio aos Artistas, que prestará todos os esclarecimentos às estruturas, aproximando a DGArtes e o ICA dos agentes culturais, para uma melhor articulação entre estes e os financiamentos disponíveis, de modo a que todos os recursos possam ser melhor utilizados e melhor potenciados. A modernização dos processos dos concursos é fundamental também no Ministério da Cultura.

De salientar, ainda no orçamento da DGARTES, dois projetos da maior relevância.

Por um lado, as Orquestras Regionais que, pela primeira vez, gozam de um estatuto próprio, reforçando a sua inequívoca vocação de serviço público, que têm uma dotação orçamental de 2 milhões de euros. E, por outro lado, o programa de apoios aos artistas que representarão Portugal na Bienal de Veneza em 2019, com uma dotação de 200 mil euros.

São dois exemplos claros de como o apoio à cultura se pode fazer com toda a transparência, convocando quem sabe e quem melhor conhece o potencial de desenvolvimento junto das populações, dos profissionais e dos públicos. São ainda exemplos de como a Cultura é um elemento transversal da política pública, através de articulações com o território nacional e os municípios, no caso das Orquestras Regionais, e com as empresas e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, no caso da Bienal de Veneza.

O apoio deste Governo às Artes estende-se ao investimento nos teatros nacionais e na Companhia Nacional de Bailado, com um aumento de 29% nesta legislatura. Em 2019 o apoio do Estado estará já acima dos valores de 2011 - mais quatro milhões de euros. Queremos assim reposicionar o papel fulcral dos Teatros Nacionais e da Companhia Nacional de Bailado como atores fundamentais da criação nacional, protagonistas do serviço público de Cultura, e exemplos seguros do apoio aos criadores, na oferta para os públicos e na presença no território nacional e no plano internacional.

O apoio ao cinema e seus agentes e a promoção do país como destino de filmagens é outra dimensão fundamental da nossa política pública para a cultura.

Com o Fundo de Apoio ao Turismo, Cinema e ao Audiovisual lançámos as bases para tornar Portugal mais atrativo para a produção de filmagens estrangeiras e nacionais, reforçando o posicionamento do nosso país enquanto destino de

eleição na produção de cinema e audiovisual, e assegurando, assim, a sustentabilidade de um setor que é cada vez mais dinâmico e encontra nas coproduções um posicionamento internacional.

Este Fundo de Apoio ao Cinema e Audiovisual constitui um dos incentivos mais competitivos da Europa para a captação de filmagens, com uma dotação anual máxima de 10 milhões de euros em 2018, crescendo para 12 milhões de euros anualmente até 2022. Até agora já foram aprovados incentivos a 14 projetos, que incluem produções dos EUA, Índia, Brasil ou Itália, e várias coproduções de Portugal e França/ ou Portugal, Espanha e França, por exemplo. Estes projetos traduzem-se num investimento total de 23,7 milhões de euros em filmagens em Portugal.

Ainda no cinema, vamos dar início à constituição da Portugal Film Commission, simplificando procedimentos para autorizações de filmagens e criando um balcão único com serviços online. Estamos, assim, a construir uma política integrada e coerente para posicionar Portugal como destino preferencial de filmagens e de atração de produções de cinema e audiovisual.

Mas queremos ir mais longe no sector do cinema, através de medidas de descentralização e de democratização do acesso à programação.

Estamos, por isso, a trabalhar da definição e implementação da rede de cineteatros, através da ligação entre equipamentos culturais municipais e da criação de condições para a programação descentralizada. Sabemos que os cineteatros são mais do que salas de apresentação de filmes e espetáculos, são centros nevrálgicos para o encontro das comunidades, o desenvolvimento cultural, social e intelectual das populações, a formação de mais públicos e a possibilidade de aproximação da cultura local e da criação contemporânea. Queremos fazê-lo a pensar no desafio da descentralização, da coesão territorial e na sustentabilidade dos artistas, da criação e da formação de novos públicos.

Alargar e qualificar a oferta é o que temos vindo a fazer, também, no sector dos museus e monumentos nacionais. No ano passado, ultrapassámos, pela primeira vez, os 5 milhões de visitantes nos nossos museus, palácios e

monumentos. Este número, só por si, justificaria o nosso investimento na área do Património como um investimento prioritário, que, no próximo ano, se materializa num aumento de 86,9% no orçamento de projetos das entidades com competência nesta área. A Cultura tem já, por outro lado, assegurados para 2019 financiamentos comunitários estimados em 15,3 M€.

E assumimos como prioritária a reforma para maior maior autonomia dos museus e aos monumentos, que iremos implementar já no início de 2019. A autonomia destes equipamentos é fundamental para a prossecução dos seus objetivos e assenta, aliás, numa justíssima reivindicação do setor. Trabalharemos com todos para ir o mais longe possível no atual quadro legislativo.

E não esquecemos os problemas concretos destes equipamentos. O programa Vigilância Mais, coordenado pelo Ministério da Administração Interna e previsto neste Orçamento de Estado, prevê a afetação de vigilantes a equipamentos também da área da Cultura. A par disso, já no próximo mês vão entrar em funcionamento as novas bilheteiras automáticas no Mosteiro dos Jerónimos e no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, e, posteriormente, na Torre de Belém, nos Mosteiros da Batalha e de Alcobaça, e no Convento de Cristo, em Tomar. Com isto, pretendemos facilitar os acessos aos equipamentos de maior procura, assegurando, em simultâneo, uma melhor gestão do fluxo de visitantes e mitigando a pressão sobre os edifícios.

E foi também neste sector dos Museus e Património que conseguimos resolver vários problemas e impasses de vários anos.

Conseguimos, ao fim de uma década, encontrar instalações apropriadas e definitivas para a Arqueologia Náutica, com a transferência do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS) para Xabregas.

Iniciaremos também a transferência do espólio do Museu da Música para o Palácio Nacional de Mafra, compromisso assumido pelo anterior Governo mas

nunca concretizado. E, também em Mafra, resolvemos um impasse com 14 anos, o restauro dos carrilhões de Mafra, cuja obra já decorre.

Iniciámos também as sempre adiadas obras de remate do Palácio Nacional da Ajuda, que permitirão a criação do Museu Nacional das Joias da Coroa.

E, porque descentralizar é pilar essencial do processo de democratização da Cultura, em Abril de 2019 inauguraremos também o 15º Museu Nacional em Peniche. Da Resistência e da Liberdade. A memória, a sua proteção, e a projeção para as gerações futuras, são essenciais para a defesa de valores que nos estruturam.

Ainda no património, este Governo deu passos muito importantes na construção de uma política nacional para as coleções artísticas e patrimoniais. Uma política de aquisições que privilegia a criação nacional, assegura a presença de obras contemporâneas no nosso país e permite a sustentabilidade do trabalho e da diversidade dos artistas nacionais, contribuindo ainda e definitivamente para potenciar a Cultura como fator essencial para a atração de Turismo.

Assegurámos a manutenção em Serralves da coleção de 85 obras de Miró.

Renegociámos a permanência da Coleção Berardo no Centro Cultural de Belém por mais 10 anos.

Adquirimos seis pinturas de Maria Helena Vieira da Silva, que ficarão em exposição no Museu na Fundação com o mesmo nome, resolvendo um problema que se arrastava há uma década.

Adquirimos a pintura “Anunciação” de Álvaro Pires de Évora, pintor importante do Séc. XV que ainda não tinha representação no Museu Nacional de Arte Antiga, onde ficou.

Estabelecemos um acordo com o Novo Banco, que garante a fruição pública em Portugal de mais de 90 obras de inegável valor artístico, incluindo Josefa de Óbidos, Morgado de Setúbal, dos mestres naturalistas ou de Vieira da Silva e de

outras figuras da Arte Moderna e Contemporânea, que serão depositadas em diversos museus do país.

Reafectámos a Coleção SEC à DGPC que iniciou o processo de inventário, prometido várias vezes ao longo de várias legislaturas.

E em 2019 iremos alargar e consolidar esta política de aquisições, com a constituição de um fundo para adquirir de obras de arte contemporânea para os próximos 10 anos.

Estes são alguns exemplos de como modelos de boas práticas podem ser criados a partir de problemas herdados e de como a cultura, a sua fruição e o seu contributo para a formação de públicos são mais valias das quais não abdicamos.

Mas a formação de novos públicos tem de começar desde cedo, em articulação com a educação.

Por isso vamos lançar o Plano Nacional das Artes, em conjunto com o Ministério da Educação. Este é um plano ambicioso para promover o acesso continuado dos alunos a experiências estéticas e artísticas, contribuindo para as suas competências e qualificações criativas, tão necessárias numa sociedade que se quer mais justa e inclusiva.

E porque a articulação entre diferentes áreas governativas é fundamental para a política pública de cultura, vamos, finalmente, lançar as bases para a criação do Arquivo Sonoro Nacional, um arquivo que garanta a proteção do nosso património sonoro, bem como a sua divulgação, feito em articulação com o Ministério da Ciência e Ensino Superior.

Nas políticas públicas para a área do Livro, temos defendido que a promoção da leitura é instrumento fundamental para a redução de assimetrias, sejam sociais ou geográficas.

Neste âmbito, é de salientar os Acordos de Cooperação já assinados entre a DGLAB e as Comunidades Intermunicipais. Este programa potencia o impacto direto do trabalho em rede do serviço público das bibliotecas, melhorando o acesso dos cidadãos à informação e reduzindo as desigualdades, ao mesmo tempo que permite lançar outros projetos para as áreas das Bibliotecas Itinerantes, Coleção, Tecnologias de Informação e Comunicação, Formação Profissional e Atividades de Promoção das Literacias.

Ainda na área do Livro, reabilitámos as Bolsas de Criação Literária, processo interrompido há 15 anos.

E nesta área, assim como nas outras, temos trabalhado para a internacionalização dos nossos autores e promoção da nossa língua. Portugal apresenta-se, já este mês, como país tema na segunda maior feira do livro do mundo, e a maior da América Latina: a Feira Internacional de Guadalajara, no México. É um dos exemplos mais evidentes do trabalho feito em conjunto com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério da Economia no âmbito do programa de Ação Cultural Externa, que viu, finalmente, nesta legislatura, a sua concretização.

Encaramos como uma oportunidade a aposta que temos feito na promoção da cultura portuguesa no estrangeiro, não apenas no que se refere à valorização da internacionalização dos nossos autores e editores, propósito claramente assegurado, mas também na oportunidade estratégica que significa para as áreas do Turismo, da Economia, da Ciência ou da Tecnologia. Partindo do valor da nossa literatura contemporânea, esse diálogo intersectorial valorizará a importância externa da nossa cultura nas suas múltiplas dimensões, retrato do modelo que defendemos para o país: aposta na cultura, na inovação e no conhecimento como eixos fundamentais do desenvolvimento.



Para a Cultura chegar a todas as pessoas tem de chegar, também, a todo o território, internacional e nacional.

Em 2019, a Cultura chegará a mais portugueses, com novos projetos e investimentos promovidos em rede através do trabalho das direções regionais de cultura.

Em Évora o Museu Regional passará a ser Nacional já em Janeiro, com um novo projeto museológico e maior capacidade de atração, tornando-se no primeiro Museu Nacional a Sul do Sado. Ainda no Alentejo, assegurámos a fruição do espólio do escultor João Cutileiro a todos os cidadãos. Vamos ainda avançar com um programa de ativação cultural no Mosteiro de S. Bento de Castris, onde iremos investir na conservação das reservas arqueológicas e museológicas num projeto estimado em 2,6 milhões de euros. Na região Centro, serão feitos investimentos de 3 Milhões de Euros nos três monumentos Património da Humanidade - Convento de Cristo, Mosteiro de Alcobaça e Mosteiro da Batalha.

E, finalmente, para que a cultura seja mesmo para todos é fundamental assegurar que a televisão pública continue a ser um meio fundamental para chegar mais perto das comunidades e das suas gentes. É nesse campo que a RTP joga também um papel essencial. Não só porque detém atualmente um financiamento estável, mas porque está recentrada na lógica do serviço público, com uma forte componente educativa e cultural e uma lógica de programação diferenciada dos privados. Enquanto serviço público de televisão, a RTP desempenha um papel muito importante na afirmação da cultura como poderoso instrumento de promoção da língua portuguesa, nomeadamente no contacto próximo com as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, promovendo a diversidade cultural e a formação de novos públicos.

Isto, Senhoras e senhores Deputados, é trabalhar para chegar a todas as pessoas, encontrando soluções eficazes e repostas inovadoras para levar a cultura a todo o território nacional e internacional.

6 novembro, 2018